

Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Experiência de Sapateiras no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de  
Calçados de Franca nos anos 1980<sup>1</sup>

Vinícius Donizete de Rezende\*

**Resumo:** As mulheres trabalhadoras ocuparam posição de destaque no processo de industrialização do município de Franca-SP, compondo cerca de 40% da força de trabalho empregada no setor calçadista. Neste trabalho, buscou-se interpretar a participação das operárias no cotidiano do Sindicato dos Sapateiros nos anos 1980, período de formação do *novo sindicalismo* em Franca, bem como a incorporação de suas reivindicações específicas ao conjunto mais amplo das lutas da categoria.

**Palavras-chave:** História do trabalho, História de Mulheres, Sindicalismo.

**Abstract:** Women workers occupied a remarkable position in this process of industrialization of the city of Franca-SP, composing about 40% of the work force used in this shoemaker industry. We had as our main objectives to analyse the participation of women workers in the Shoemakers' union in the decade of the 1980s, the period of the formation of *new unionism* in Franca, and to interpret the incorporation of their specific claims in the wider context of workers' struggles.

**Keywords:** Labor History, History of women, Trade Unionism.

A interpretação do fator gênero no processo de formação da classe trabalhadora adquiriu importância ao longo dos últimos anos. No presente texto, buscou-se analisar um desses aspectos, a participação feminina no meio sindical. Interpretou-se a experiência de trabalhadoras que na década de 1980 fizeram parte da diretoria do Sindicato dos Sapateiros de Franca, cidade localizada no interior do estado de São Paulo e principal produtora nacional de calçados masculinos. Para tanto, trabalhou-se com depoimentos orais e documentos sindicais.

As eleições para a diretoria da entidade eram trienais. Entre 1967 e 1982<sup>2</sup>, foram realizadas cinco eleições, sendo que apenas em 1976 uma mulher, Heloisa Martins Tristão, tomou posse como diretora da entidade; Heloisa era suplente e não ocupou cargos na administração. Inexistem estatísticas a respeito do número de filiados entre os anos de 1950 e

---

<sup>1</sup> Este texto é parte do 4º Capítulo da dissertação *Anônimas da História: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP)*. 252 f. Dissertação (Mestrado em História)- FHDSS, Unesp, Franca, 2006. Financiamento: Capes e Fapesp.

\* Doutorando em História Social pela Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva. Bolsista FAPESP.

<sup>2</sup> STIC. *Livro de Atas de Posse*. Aberto no dia 24 de outubro de 1967. Não foram localizados nos arquivos da entidade os livros de atas de posse dos anos anteriores.

de 1980; assim, não foi possível estabelecer uma proporção entre homens e mulheres. Contudo, o fato de que apenas uma mulher tomou posse como diretora, entre 1967 e 1982, pode ser um indício da pouca participação das trabalhadoras no cotidiano do sindicato, apesar de estarem presentes desde o início do processo de industrialização e representarem cerca de 40% da força de trabalho empregada na fabricação de sapatos.

Nos anos 1980, muitas trabalhadoras começaram a participar de forma mais ativa da política sindical. Alguns depoimentos indicaram que a repercussão das greves dos metalúrgicos do ABC atraiu jovens sapateiras para a militância partidária e sindical, pois as propostas do *novo sindicalismo* e do Partido dos Trabalhadores transformaram-se em paradigmas a serem seguidos. Os movimentos grevistas expressavam a revolta operária contra a exploração no mundo do trabalho. Após a vitória da Oposição Sindical Sapateira em Franca, no ano de 1982, foram realizados grandes movimentos paredistas.

As trabalhadoras estiveram presentes nesses movimentos e isso contribuiu para que algumas ingressassem nas chapas que venceram as eleições sindicais na década de 1980. Entre os vinte e dois membros da Chapa 2 que tomaram posse no dia 25 de outubro de 1982, havia apenas uma mulher. Maria José da Costa não esteve presente na reunião para a distribuição de cargos da diretoria e não ocupou nenhum cargo na administração da entidade.<sup>3</sup> A ausência de seu nome nas atas de reuniões de diretoria indica que ela, provavelmente, fez parte do grupo que abandonou a direção antes do final do mandato.

Se a participação efetiva de trabalhadoras no evento conhecido como *virada sindical* foi pouco significativa, na eleição de 1985 o tema das mulheres e o sindicato, ao menos oficialmente, ganhou destaque. Contudo, dos vinte e dois candidatos à reeleição, havia apenas duas mulheres, Léia Rezende e Lucy Joazeiro. Nos panfletos de campanha da Chapa 1 as duas militantes eram definidas nos seguintes termos:

**Léia**

*Há anos participa do movimento popular e tem um profundo senso de organização. Participa da Chapa pois não podemos entender uma Diretoria sem a presença das mulheres que nesses últimos anos têm se destacado nas lutas da classe trabalhadora. Léia ajudou na organização do I Congresso dos Sapateiros de Franca. [1984]*

**Luci [Lucy]**

*Todos a conhecem. “A mulher também está na luta por melhores condições de trabalho”, foram palavras pronunciadas por Luci na grandiosa assembléia do dia 31 de janeiro de 1985. Tinha que estar conosco.<sup>4</sup>*

Nesse mesmo panfleto, foi publicado um texto, de autoria de Léia e Lucy, que afirmava a necessidade das sapateiras se unirem à luta da categoria. As trabalhadoras

<sup>3</sup> STIC. Livro de Atas de Posse. Ata de Eleição do presidente e distribuição de cargos. 26 de outubro de 1982.

<sup>4</sup> STIC. *Boletim de Campanha da Chapa 1*. n. 0, Junho de 1985.

deveriam exigir de seus patrões igualdade salarial, disponibilização de creches e berçários para poderem deixar seus filhos, respeito por parte dos superiores hierárquicos; em síntese, deveriam lutar para a construção de uma sociedade com igualdade entre homens e mulheres.<sup>5</sup> Entretanto, ao rememorar os acontecimentos do período, Lucy afirmou ter a impressão de que foi convidada a participar da chapa como uma estratégia para conquistar o voto feminino, pois após a vitória eleitoral teve um papel secundário no cotidiano da entidade, a qual permaneceu sob o controle de um pequeno grupo de dirigentes, do qual as trabalhadoras não fizeram parte.

*Eu acho que pra elas, enquanto homens... era importante ter mulheres na diretoria, porque tinha e tem muitas mulheres sapateiras. E uma diretoria só de homens não era muito interessante.*

*Então, acho que foi mais por essa questão, pra figurar! Por isso tinha duas mulheres na diretoria. Então eu tenho essa impressão, que era mais pra transparecer essa abertura!!!<sup>6</sup> [grifos nossos]*

Na eleição de 1988, a chapa que concorreu à reeleição não teve oposição e foi composta por vinte e quatro membros, dos quais três eram mulheres. Léia manteve-se como diretora efetiva, e ingressaram Everalda de Souza e Maria das Graças, a qual abandonou o cargo antes do fim do mandato. Portanto, nas três eleições ocorridas na década de 1980 houve a participação de cinco mulheres na composição das chapas vitoriosas; três tornaram-se diretoras efetivas e afastaram-se do trabalho nas fábricas para se dedicarem à administração da entidade. Nenhuma ocupou os principais cargos: presidente, tesoureiro e secretário geral.

As trajetórias das sapateiras que se tornaram sindicalistas ofereceram subsídios para a compreensão dos elementos motivadores que conduziram alguns trabalhadores à militância sindical. Léia, Lucy, Maria das Graças e Vera foram militantes de movimentos sociais ligados à Igreja Católica. A presença nesses movimentos contribuiu para que freqüentassem a entidade, para que participassem das greves dos anos 1980, e para que fizessem parte das chapas que disputaram as eleições do período. Indica a importância que os princípios da Teologia da Libertação em conjunto com a repercussão do movimento sindical dos metalúrgicos do ABC tiveram para a formação do *novo sindicalismo* em Franca.

Esse modelo de sindicalismo teve grande rejeição por parte dos industriais da cidade. Foram comuns os relatos a respeito de casos em que as trabalhadoras foram coagidas para que retirassem suas candidaturas, ou de perseguições durante o tempo em que foram

---

<sup>5</sup> Ibidem.

<sup>6</sup> Depoimento de Lucy Lene Joazeiro ao autor no dia 12 de fevereiro de 2005.

diretoras de base do sindicato. Léia relatou que em 1985, após a divulgação da chapa que iria disputar a reeleição, sofreu perseguições por parte dos gerentes e do proprietário da empresa.

Depois [do registro da chapa] os gerentes vieram e falaram até na cabeça do pessoal, falou na minha cabeça, tentando me tirar. E eu falei *que não ia sair não. Ai já começou o gerente pegar no pé. Meu patrão, o Humberto Coelho, o dono do Paragon, aquele era enjoado! Ai ele chegou a me xingar... chamou a gente de desgraça, que onde se via entrar na diretoria. [...] O chefe chegou a falar que o patrão tinha pedido pra me demitir, que não era pra mim entrar e tal, que era pra sair fora da diretoria, que ia ser melhor pra mim. Mas eu falei que não ia sair e pronto, e foi até ganhar e continuar.*<sup>7</sup>

Após a reeleição, Léia continuou a trabalhar na fábrica. Porém, foi vítima de perseguição por parte da chefia, que tinha por objetivo forçar sua saída da empresa. Num primeiro momento, ofereceram-lhe o cargo de chefe de seção, com o objetivo de distanciá-la dos demais trabalhadores. Como ela não aceitou, passou a receber advertências e suspensões, resultando na sua demissão sob a alegação de Justa Causa. Depois de sua demissão, passou a trabalhar no atendimento ao público no sindicato. Esse caso exemplifica o receio que os industriais tinham de manter no interior de suas empresas um dirigente sindical identificado com um modelo de sindicalismo que defendia o confronto aberto entre trabalhadores e empregadores. Os diretores de base poderiam fomentar conflitos no cotidiano de trabalho, estimular os trabalhadores a recorrerem à entidade para exigir o cumprimento de seus direitos, bem como, representar uma ameaça constante de eclosão de greves no interior das indústrias.

A experiência das trabalhadoras no Sindicato dos Sapateiros demonstrou que o período foi marcado por ambigüidades entre discurso e prática dos dirigentes sindicais. Em primeiro lugar, ocorreu um distanciamento entre os diretores afastados do trabalho fabril e aqueles que continuaram no chão de fábrica como operários. Foram comuns os casos de diretores de base que se afastaram da entidade antes do fim do mandato. Esses casos podem indicar o limite do discurso de fortalecimento da presença do sindicato no interior das fábricas, pois até mesmo os sindicalistas que se mantinham em contato direto com o mundo do trabalho distanciaram-se da entidade.

A principal questão a ser analisada no momento é a da complexidade da relação entre o discurso de luta por igualdade entre homens e mulheres e a prática diária dos diretores no interior do sindicato. Essa análise será centrada em três elementos: a incorporação de reivindicações específicas das trabalhadoras às campanhas salariais, o discurso em defesa da dignidade das trabalhadoras no boletim *O Sapateiro* e os relatos das sindicalistas a respeito do cotidiano na entidade.

---

<sup>7</sup> Depoimento de Léia Maria de Rezende Silva ao autor nos dias 06 e 08 de março de 2005.

O número absoluto de trabalhadoras sindicalizadas no país, entre 1970 e 1978, cresceu 176,3% (GITAHY, et. al., 1982: 101). Segundo as autoras, esse crescimento seria reflexo da efervescência dos movimentos populares do período, que abriram espaço para a emergência de uma política sindical voltada para as operárias. No Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo (1978), ganharam destaque as denúncias das especificidades da condição operária feminina, ligadas aos temas da divisão sexual do trabalho e da opressão sexual na fábrica. No Congresso das Metalúrgicas de São Paulo (1979) apareceu a reivindicação de extensão da licença-maternidade de três meses garantidos pela CLT para seis meses. Contudo, essas reivindicações ocuparam um lugar limitado no conjunto das lutas da categoria. No Congresso Nacional dos Metalúrgicos de 1979, apenas três itens levantados nos congressos de mulheres apareceram: salário igual para trabalho igual, licença maternidade de seis meses e creches nos locais de trabalho ou próximas destes (GITAHY, et. al., 1982: 113).

Estas características indicam que a questão das especificidades das mulheres operárias ocupou posição secundária desde a formação do *novo sindicalismo*. No caso dos sapateiros de Franca, o principal elemento das campanhas salariais foi a negociação em torno do reajuste salarial da categoria. Entretanto, diversas questões compuseram a pauta de reivindicações, como por exemplo, a redução da jornada de trabalho; a eleição democrática das CIPAS; férias remuneradas em dobro para que os trabalhadores pudessem realmente gozar o descanso anual; a não cobrança de material de trabalho; entre outras.

Ao mesmo tempo, questões ligadas às trabalhadoras foram incorporadas nas pautas de negociações. Na *Campanha Salarial de 1985*, por exemplo, reivindicou-se o afastamento compulsório das gestantes por 120 dias; estabilidade desde o início da gravidez até 180 dias após o término do afastamento; direito de sair dez minutos mais cedo do trabalho na manhã e à tarde; direito de ausentar-se do trabalho por uma hora e meia em cada período, sem prejuízo salarial, para poder amamentar. Reivindicou-se também remuneração igual para trabalho igual.<sup>8</sup> Em 1987, 1989 e 1990, a Convenção Coletiva garantiu o direito de estabilidade às gestantes, com o compromisso de pagamento de salários e demais benefícios desde o início da gravidez até 60 dias após o término do afastamento compulsório.<sup>9</sup> Contudo, o direito de estabilidade das gestantes, em diversas ocasiões não foi cumprido, dando origem a processos trabalhistas para assegurar o cumprimento da lei. As questões relativas a salário igual para trabalho igual e creches nos locais de trabalho ocuparam espaço apenas formal nas pautas de reivindicação, não se efetivando na prática.

<sup>8</sup> STIC. *Campanha Salarial/85 – Força e União*.

<sup>9</sup> STIC. *O Sapateiro*, n. 30, fevereiro de 1987. Convenção Coletiva de Trabalho – Vamos continuar tirando sapato do patrão; STIC. *O Sapateiro*, n. 85, fevereiro de 1989; STIC. *O Sapateiro*, n. 106, dezembro de 1989.

A discussão a respeito da desigualdade entre homens e mulheres também foi incorporada no boletim da categoria. A primeira referência ao tema, após a eleição de 1985, se deu em 1986 com o anúncio do *I Encontro de Mulheres*; os temas do evento seriam: “A mulher e a constituinte”, “A mulher e a sociedade” e “A mulher e o Sexo”.<sup>10</sup> Em maio de 1987, em função do dia das mães, foi dada atenção especial às mulheres trabalhadoras no boletim. Além de convocarem as *mães* a se sindicalizarem – mães e não trabalhadoras –, publicou-se um pequeno texto de autoria de Leon Trotski, no qual o autor afirma que sem igualdade entre maridos e esposas não seria possível estabelecer a igualdade social e econômica.<sup>11</sup> No ano de 1988, foi realizado em meio às comemorações do Dia Internacional da Mulher, o *II Encontro da Mulher Trabalhadora*. Em 1990, pela primeira vez no período, fez-se referência à questão da dupla jornada de trabalho, ao ser publicada a charge abaixo ilustrando a realidade das trabalhadoras, que além de trabalharem na linha de produção, eram responsáveis pelos trabalhos domésticos.



Apesar da incorporação desses temas na imprensa operária, existiram ambigüidades no discurso dos responsáveis pelas publicações. Um exemplo foi a convocação das *mães*, e não as trabalhadoras, para se sindicalizarem, fruto da mentalidade de que o papel social primordial das mulheres na sociedade continuava a ser o da maternidade. O mesmo ocorreu quando se publicou notícias referentes ao recebimento de abonos pelos trabalhadores. Nessas ocasiões, o trabalhador era convocado para levar os documentos de seus dependentes: mulheres e filhos, o que reforça a concepção de que a esposa continuava a ser concebida como dependente de seu marido. No Caderno de Reivindicações da Campanha Salarial de 1986, após a reivindicação do pagamento de férias em dobro, que possibilitariam ao trabalhador desfrutar as férias, publicou-se a seguinte charge:

<sup>10</sup> STIC. *O Sapateiro*, n. 20, agosto de 1986.

<sup>11</sup> STIC. *O Sapateiro*, n. 32, maio de 1987.

<sup>12</sup> STIC. *O Sapateiro*, n. 112, março de 1990.



Trata-se de uma imagem comum: um homem na praia paquerando uma mulher. Ao seu lado é apresentada outra mulher, provavelmente sua esposa, a qual está irritada devido ao ato de seu marido. E se fosse a situação contrária? A imagem de uma mulher, com o marido ao lado, paquerando outro homem, seria aceita com a mesma naturalidade? Dificilmente. Entretanto, para os responsáveis pela publicação a imagem expressa e enaltece a virilidade do trabalhador. Em conjunto, tais questões indicaram a incapacidade que alguns dirigentes sindicais do período tiveram em romper completamente com determinadas concepções – mentalidade patriarcal – presentes no processo de formação desses indivíduos enquanto sujeitos sociais.

A incoerência entre o discurso de igualdade entre homens e mulheres e a prática centrada na desigualdade foi expressa também nos depoimentos das sindicalistas do período. De acordo com os relatos, as mulheres sindicalistas estiveram em uma condição inferior no que se refere à administração da entidade. Não por acaso, nenhuma delas ocupou posição de destaque na composição interna da diretoria.

Vera foi a sindicalista que teceu as mais duras críticas aos líderes do *novo sindicalismo* em Franca. Após ser afastada do trabalho na fábrica, foi colocada para realizar serviços de atendimento ao público, afirmando ironicamente que era um tipo de serviço condizente com as tarefas executadas por mulheres. “Eu entrei e eles me colocaram pra fazer homologações, atendimento ao público, porque lá é uma loucura, aquele entra e sai o dia inteiro. *Essas coisas, sabe, que mulher também faz, né!*”<sup>14</sup> Esse fato indica a distinção entre homens e mulheres no que se refere aos assuntos políticos. Como afirma Leite, as mulheres “sentem-se marginalizadas na vida sindical e partidária, onde geralmente atuam de forma auxiliar e complementar (é comum, nas assembleias e reuniões políticas, que os homens dirijam os trabalhos e que as mulheres secretariem, etc.)” (LEITE, 1984: 129).

A divisão sexual do trabalho no interior da diretoria parece ter sido uma questão corriqueira. De acordo com Lucy, o machismo não seria tão explícito, porém se expressava em questões como organização de festas junina e do dia das crianças, uma vez que esse

<sup>13</sup> STIC. *Pauta de Reivindicações de 1986*.

<sup>14</sup> Depoimento de Everalda Aparecida de Souza Flores ao autor no dia 04 de fevereiro de 2005.

trabalho era delegado exclusivamente às mulheres. Vera foi mais enfática, relatando que eram alvo de piadinhas: “- ‘Ah, dia das crianças, tem que fazer isso, tem que enfeitar, isso é coisa de mulher!’ Putz, era o pessoal da CUT, os caras deviam ter uma cabeça boa, mas não tinham. Se diziam os revolucionários, mas eram os revolucionários de merda!”<sup>15</sup>

Diferentes pesquisas a respeito da participação de mulheres no meio sindical constataram que as piadas de cunho sexual foram uma constante no cotidiano fabril e sindical. Oliveira afirmou que à rígida disciplina no cotidiano fabril, acrescentaram-se pitadas (piadas) de violência a muitas trabalhadoras, tanto pelas chefias, como por colegas homens. As piadas e gracejos transitavam pelo tema do sexo e do corpo como objeto.

*O julgamento do “desvio” da trabalhadora, em relação à maternidade idealizada e ao tradicional lugar de esposa vem expresso nas piadinhas ditas pelos companheiros dos sindicatos:*

*“E suas filhas quem cuida?” “E seu marido não liga de você participar?” “Tá precisando encontrar um esposo.” “Quem mexe com o sindicato fica pra titia ou é sapatão.” (OLIVEIRA, 1999: 106-107)*

Não por acaso, todas as trabalhadoras que participaram do Sindicato dos Sapateiros na década de 1980 eram solteiras. O casamento e a maternidade poderiam se constituir em mais um elemento a dificultar a participação sindical das mulheres. Além da dupla jornada de trabalho, as mulheres poderiam se deparar com a resistência de seus maridos e/ou companheiros em relação à militância sindical.

Em síntese, as mulheres tiveram pouca participação no cotidiano do sindicato. Se por um lado houve a abertura para a discussão da desigualdade sexual no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral, por outro lado, verificou-se certos limites em tais avanços. Muitos diretores não superaram a formação paternalista da sociedade em que viviam, o que resultou na incapacidade de se construir relações sociais igualitárias no próprio cotidiano sindical. Esse fato indica a manutenção de fragmentações e divisões no interior da classe operária, no caso específico, tendo por origem a construção social de papéis distintos para mulheres e homens.

### **Referências Bibliográficas:**

GITAHY, Leda; HIRATA, Helena; LOBO, Elizabeth; MOYSES, Rosa Lúcia. Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980). **Revista de Cultura e Política**. Cortez/CEDEC, n. 08, p. 90-116, 1982.

---

<sup>15</sup> Ibidem.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **A Operária Metalúrgica: estudo sobre as condições de trabalho de operárias metalúrgicas na cidade de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: HUCITEC/CUT, 1999.